

ENTREVISTA

“Faz parte da cultura portuguesa arriscar e, depois, desenrascar”

Jorge Carvalho da Silva, especialista em Segurança e Protecção Civil, analisa o apagão, criticando a comunicação. Defende que o SMS do ProCiv deveria ter sido enviado logo, enquanto as antenas funcionavam. Alerta para a necessidade de melhor planeamento

Jacinto Silva Duro
jacinto.duro@jornaldeleiria.pt

Tivemos sorte em o apagão de segunda-feira da semana passada ter acontecido na Primavera e num dia de sol?

O apagão foi um desligar da rede que aconteceu às 11:33 horas da manhã. Ser num dia menos chuvoso ou mais chuvoso, é irrelevante, porque as pessoas fariam o mesmo, em função daquilo que foi o acontecimento, isto é telefonaram umas para as outras a tentar perceber se tinham electricidade e aperceberam-se pelas redes sociais que fora um apagão geral. Foi assim que muitos ficaram a saber da situação. O problema não é a questão de ser um dia de Inverno ou de Verão. Se o apagão ocorresse por volta das 18 horas e percorresse a noite toda, a situação seria bem mais difícil. Com um apagão ao final de tarde, entrávamos, noite adentro sem luz e sei que houve pequenos supermercados onde os proprietários estavam a preparar-se para passar a noite lá dentro, com medo de serem assaltados. Se estivesse um dia daqueles de Inverno a chover e com vento, seria muito complicado dar conta de ocorrências de mau tempo.

Critica-se a lentidão de reacção no fornecimento de informação à população sobre o que se estava a passar. Qual é a sua avaliação?

É fulcral que, quem decide, tenha de saber que as antenas de telemóvel em cima dos prédios, que são urbanas e de retransmissão, têm uma autonomia de duas horas. Após esse período, começam, lentamente a decair. Já as antenas periurbanas, que, fora das cidades cobrem zonas de deslocação de grande dimensão, no caso de serem 5G, têm seis horas de autonomia, e 12, para cobertura GSM - chamadas móveis e SMS. Mas, na semana passada, em função da falta de electricidade e de não se ter muita informação através de um canal 100% credível, houve muitas chamadas para os filhos, para os

primos ou para o tio ou neto e isto levou a um excesso de comunicações para se tentar perceber o que se passava. Em resultado, acelerou-se o desgaste da autonomia das antenas retransmissoras, porque o volume de chamadas foi muito maior do que o normal. Começámos a sentir a quebra efectiva nas comunicações pelas 17:30 ou 18 horas. Eu, que só tenho um número para ligar de volta, quando me ligavam, desligava a chamada e mandava SMS. Fiz uma gestão mais criteriosa do tempo e do espaço, para poder ter equipamento capaz de fazer uma videochamada, numa intervenção televisiva, como aconteceu ainda durante a tarde e outras intervenções radiofónicas. Num jornal, deveria haver um telemóvel de reserva de cada uma das operadoras, porque, caso haja um *crash* numa operadora devido a um apagão ou ataque informático, como aconteceu há uns anos, não se fica bloqueado. Isto é uma recomendação de segurança. Disto isto, a nível técnico e de comunicação, quando acontece um incidente, entre a primeira meia hora e uma hora devemos fazer uma comunicação inicial. Neste caso, essa comunicação inicial, foi feita, por volta das 13 horas pelo Governo, após a primeira reunião com a Protecção Civil, mas esqueceram-se de que a comunicação estava a ser feita para as televisões, mas também para as rádios. No primeiro caso, o destinatário tinha a televisão desligada sem electricidade, e, no segundo, o comentário não foi à hora certa. Diz a boa regra que as comunicações de Protecção Civil e *briefings* para informação, devem ser sempre à hora certa. Por exemplo, às 13 horas, no horário do noticiário, poder-se-ia ter explicado que se estava a reunir a informação e as medidas que se estavam a tomar. Às 14 horas, voltavam a dar outro ponto de situação. Depois às 15 e assim, sucessivamente. Isto vale, seja para um apagão, para incêndio ou para a queda de um helicóptero no rio Douro, seja para o que quer que seja. A comunicação é à hora certa!

Se chegou informação nova em cima do *briefing*, não está validada, não está corroborada, não será falada. Divulgar-se-á no *briefing* seguinte. E a mensagem deve ser curta e rápida, para poder passar.

O que faltou?

Faltou pensar que, nos primeiros momentos, havia necessidade de mandar um SMS pela rede de avisos ProCiv, tal como se se faz com as chuvas, os ventos e as marés. Nesse primeiro momento, ainda as baterias das redes estavam todas operacionais e chegariam a mais população. Conseguiríamos ter atingido 80 a 85% da população, se tivesse sido enviado um SMS a dizer “estamos a atravessar um apagão que é ibérico” e elencar duas ou três medidas, como “evite deslocações”, “dirija-se para casa”, “vamos resolver o mais breve possível”, “isto não é uma situação de longo prazo, é uma situação de curto prazo”. Mesmo que fosse para 24 horas, seria de curto prazo. Deste modo, as coisas seriam muito mais calmas, muito mais tranquilas, não haveria corre-

rias aos supermercados, não haveria correrias às bombas de gasolina, não haveria histeria. Se a comunicação, na rádio, tivesse sido à hora certa, teria sido muito mais certa. Por que se fez uma conferência de imprensa a meio da hora, às 13 e não sei quanto, às 17 e às 19:30?... No apagão, houve muita desinformação porque as pessoas não sabiam o que se passava e esta lacuna de comunicação não foi percebida por quem decide. E não é culpa do primeiro-ministro, é culpa da cúpula da Protecção Civil que tem de pensar que, se o primeiro-ministro está a fazer uma comunicação para a televisão, as rádios têm de ter a mesma informação.

E a SMS que, aparentemente, saiu às 17 horas e muitas pessoas não receberam?

Se saiu às cinco da tarde, deveria ter chegado às cinco da tarde. Aquilo foi para um número restritíssimo de números. Não foi para a rede nacional. Porque, na rede nacional, um aviso ProCiv é para todos os cidadãos. Temos de saber o que possa ter acontecido. Não estou a pôr nada em causa, mas é estranho.

E se, em vez de um apagão, tivesse havido um forte tremor de terra? Quais as consequências, quando o SIRESP também não terá funcionado como esperado e o INEM ficou bloqueado?

Os portugueses são audazes e pessoas de sorte. Não temos o hábito de, na condução, olhar à distância e, vendo um buraco abrandar, porque se pode lá cair e estragar alguma coisa. O nosso comportamento mais comum é: “está ali um buraco, vou fazer uma guinadela à última hora e ter a sorte de não me espetar”. Faz parte da cultura portuguesa arriscar e, depois, desenrascar. Achamos que somos muito bons nisso. Só que, cada vez mais, temos de planejar e este planeamento tem de nascer das bases. Temos uma cultura de estudo científico na Protecção Civil há muito pouco tempo. Foi em

Protecção Civil é mais organizada ou robusta consoante a sensibilidade do autarca e é disso que nos temos de libertar

”



APOIO:


**CAIXA DE CRÉDITO
DE LEIRIA**
*O banco que põe os seus
planos em marcha*


CM FARO

2006, que começaram as primeiras licenciaturas em protecção civil, como a minha. Fui convidado para ir para Madrid fazer mestrado e doutoramento na área de segurança e Protecção Civil. Aprendi com os espanhóis que já tinham enfrentado os ataques da ETA e os atentados em Atocha, e tinham muito mais cultura de segurança e de Protecção Civil do que nós. A minha conclusão é que temos de trazer este conhecimento e implementá-lo. Não é fácil, porque os nossos presidentes de câmara não estão muito despertos para isso. Muitos autarcas, têm um gabinete de protecção civil porque é obrigatório por lei e, se calhar, até têm lá um amigo qualquer nomeado como o coordenador, pois não há a obrigatoriedade de serem pessoas com qualificação. Segurança e Protecção Civil não é só bombeiros. É pensar antes, para que, se ocorrer uma situação, saibamos quais os

Perfil **Especialista em** **emergências**

Nasceu no Sítio da Nazaré, com vista para a onda gigante, a 20 de Novembro de 1975, e viveu em Alcobça até aos 17 anos, tendo rumado para Faro para a universidade, onde estudou Física e Química. “Sou uma pessoa que tem uma preocupação geral com as situações que se podem deparar à população. Fui convidado, por Isabel Soares, a então presidente de câmara de Silves, para organizar a gestão da recuperação do após-incêndio no município, em 2004, após os grandes incêndios que, em 2003, afectaram o concelho”, conta Jorge Carvalho da Silva. Com o trabalho em modo de cruzeiro, em 2006, apareceram as primeiras licenciaturas em Protecção Civil em Portugal e agarrou a oportunidade com ambas as mãos. “Acabei em 2010, a trabalhar em Silves e a estudar em Lisboa, a ir e vir às aulas, duas, ou três vezes por semana. Fiz 275 mil quilómetros em quatro anos.” Acabou por ser convidado, em 2010, para fazer mestrado e doutoramento integrado em Madrid, na Universidade Europeia de Madrid. Nessa data, entrou também em funções no Município de Faro. Hoje é adjunto do presidente da câmara. Jorge Carvalho da Silva é o vice-presidente da Asprocivil - Associação Portuguesa de Tecnologia e Segurança e Protecção Civil e elemento do Sindicato Nacional da Protecção Civil.

métodos e procedimentos que temos de adoptar para evitar problemas. É por isso que estou sempre a dizer que sou técnico superior de planeamento, não sou bombeiro. Detecto os problemas e penso em como arranjar medidas para o mitigar ou para que deixe de ser uma questão. Temos de apostar mais na formação de base, se calhar, criar uma cadeia cívica, onde se fale destas coisas. É importante que os estudantes percebam que a Protecção Civil existe para ajudar as outras pessoas, para resolver e evitar que haja problemas. Deveríamos caminhar para estar mais próximos de um Sorbonne francês ou de uma Protecção Civil espanhola. Temos um sistema de Protecção Civil robusto e que tem vinte e poucos anos de existência, criado após a reestruturação motivada pelos grandes incêndios de 2003/2004. Ainda há dificuldades de interligação, porque temos mais de 20 corpos de bombeiros sapadores, que pertencem ao Estado, e mais 435 corpos de bombeiros voluntários. Há bombeiros profissionais que são assalariados, que recebem ordenado e trabalham o turno todo e depois, existe, em cima disso, quem presta voluntariado. Temos de, a pouco e pouco, caminhar para a total profissionalização dos bombeiros, para que sejam o braço robusto da Protecção Civil e do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro. Neste momento, a Protecção Civil é mais organizada ou robusta consoante a sensibilidade do autarca e é disso que nos temos de libertar. Falta legislar e fazer as portarias que a lei já emana. Estamos no bom caminho, mas estamos a meio entre o zero e a perfeição.

E junto da população?

As escolas são obrigadas aos simulacros, mas há apenas um por ano. Uma escola pediu-me para organizar um simulacro, mas queriam saber qual o dia e a hora para se “organizarem”. Respondi-lhes que as catástrofes não têm hora marcada. Tive de avisar qual queria o dia, mas não avisei a hora. Claro que, nesse dia, os meus bombeiros estiveram desde as oito da manhã preparados, no quartel, à espera de serem chamados. O simulacro foi às três da tarde. Disseram-me que poderia ter marcado para as dez horas. Mas a emergência é isto mesmo. Temos de actuar quando ela acontece. Temos de saber lidar com o mundo real. Ainda falta muito até que, quando se ouve a sirene de incêndio, os alunos saiam em fila, sem sobressaltos, turma por turma. Se houver uma cheia, vão para um ponto alto, se houver um incêndio, para o ponto de encontro mais afastado das chamadas. É um trabalho a continuar a fazer, mas estamos a evoluir no bom sentido.